A C Ó R D ã O
Órgão Especial

RECURSO ADMINISTRATIVO. PENSÃO POST MORTEM. ART. 217, I, "C" DA LEI Nº 8.112/90. UNIÃO ESTÁVEL. FRAUDE. SIMULAÇÃO.

A prova da união estável, com vistas à concessão de pensão *post mortem* a companheiro de servidor(a) falecido(a) deve ser realizada por meios idôneos previstos em lei. Havendo constatação de que a declaração de união estável firmada entre a servidora falecida e o requerente de pensão *post mortem* encontra-se viciada por simulação (artigos 166 e seguintes do CC), a nulidade do negócio jurídico e a conseqüente negativa do benefício estatutário são inevitáveis.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso Administrativo nº. **0267100-92.2007.5.01.0000**, em que são partes: **MARCO ANTONIO AUTRAN ROCHA**, como Recorrente, e **EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO**, como Recorrida.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto por **MARCO ANTONIO AUTRAN ROCHA** (fls. 02/06), em face da decisão proferida pela **EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO, DR^a. DORIS CASTRO NEVES**, que indeferiu (fls. 61 e 110) o requerimento de pensão *post mortem* formulado pelo Recorrente.

O Recorrente, **MARCO ANTONIO AUTRAN ROCHA**, formulou requerimento administrativo, pleiteando a concessão de pensão

post mortem de que trata o art. 217, I, alínea “c” da Lei nº 8.112/90, em virtude do falecimento da servidora **Aurora Bittencourt Duarte**, ocorrido em 03/06/2007, com quem supostamente vivia em união estável.

O requerimento foi instruído com cópias da certidão de óbito da servidora (fl. 13); da carteira funcional do *de cujus* (fl. 14); dos documentos de identificação do Recorrente (fl. 15); do contracheque da servidora (fls.16), da conta de luz da falecida (fl. 19); da declaração de existência de conta conjunta do Recorrente e da servidora (fls. 20 e 26) e da declaração de união estável realizada pelo Recorrente e pelo *de cujus* em cartório (fls. 21/21v.).

O pedido originariamente foi dirigido à Presidência do E. TRT da 1ª Região (fl. 10), tendo sido encaminhado à então SEDID - atual Divisão de Análise de Direitos e Deveres-DANDD, que emitiu o parecer de fls. 31/32, na qual sugeria a notificação do interessado para que esclarecesse o motivo por que residia em endereço diverso da servidora falecida, embora tenha declarado que com ela convivia há mais de 15 (quinze) anos.

Os esclarecimentos foram prestados às fls. 35/36.

A DANDD emitiu novo parecer (fl. 38/41), sugerindo, à luz do cenário fático-probatório apresentado, a concessão da pensão *post mortem* ao requerente, de acordo com o disposto nos artigos 215, 216, § 1º, 217, I, “c” e 218, *caput*, todos da Lei nº. 8.112/90 c/c art. 40, § 7º, I da Constituição Federal, com redação dada pelo EC nº. 41/2003.

A Diretora da Secretaria de Administração de Pessoal manifestou concordância (fl. 47) com a pretensão do requerente, embasada no parecer da DANDD.

Em parecer apresentado à fl. 43, a SCI – Secretaria de Controle Interno deste Regional – entendeu não haver sido comprovada a existência de elementos suficientes à demonstração da união estável entre

o requerente e a servidora falecida. Na oportunidade, reenviou os autos à SGP para as providências pertinentes.

Recebidos os autos novamente pela DANDD, ante a divergência apresentada, os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica deste Egrégio TRT, nos termos do disposto no art. 2º, VII da Portaria nº. 21/2007.

Em novo parecer apresentado pela Assessoria Jurídica deste Egrégio TRT (fls. 55/57), concluiu-se pela inexistência de união estável entre o requerente e o *de cujus* e, por conseguinte, foi sugerido o indeferimento da pensão *post mortem* pleiteada. O parecer foi aprovado à fl. 58.

Em despacho exarado à fl. 61, a então Presidente deste Egrégio TRT, à vista dos pareceres apresentados por sua Assessoria Jurídica, indeferiu a concessão da pensão vitalícia requerida pelo interessado.

O requerente apresentou pedido de reconsideração (fls. 66/69), sustentando que carreu toda a documentação necessária à concessão da pensão *post mortem* requerida. Acrescentou que a condição de companheiro do requerente teria sido demonstrada nos autos do processo de inventário dos bens deixados pelo *de cujus*. Aduz que a inventariante (e sobrinha da falecida), em suas primeiras declarações, teria indicado que o requerente vivia em união estável com a servidora falecida.

Em análise ao pedido de reconsideração (fl. 110), a então Presidente deste Tribunal, Desembargadora Doris Castro Neves, manteve o indeferimento da pensão requerida. Ressaltou que a petição inicial do processo de inventário dos bens deixados pelo *de cujus* não representava prova idônea da união estável, na medida em que teria vindo desacompanhada de sentença e formal de partilha, conforme disposto no art. 1.027 do CPC.

Inconformado, **MARCO ANTONIO AUTRAN ROCHA** interpõe Recurso Administrativo às fls. 02/06. Pretende, em suma, a reforma da decisão proferida pela Presidência deste Egrégio TRT, para que lhe seja deferida a concessão de pensão *post mortem* da servidora falecida. Aduz que carrou toda a documentação necessária à concessão da pensão *post mortem* requerida. Acrescenta que a condição de companheiro do requerente teria sido corroborada nos autos do processo de inventário dos bens deixados pelo *de cuius*, na medida em que a inventariante, em suas primeiras declarações, teria indicado o requerente como companheiro da servidora falecida.

Parecer do Ministério Público do Trabalho às fls. 117/119, de lavra do Procurador Regional do Trabalho, Dr. Márcio Vieira Alves Faria, **opinando pela manutenção do indeferimento da pensão pós-morte requerida.**

Em **01/03/2010**, o MM. Juízo da 15ª Vara de Família, Comarca da Capital, Rio de Janeiro, oficiou a este Regional, apresentando cópia de sentença proferida em ação anulatória de união estável entre a servidora falecida e o requerente, senhor Marco Antonio Autran Rocha. Na referida demanda, proposta pelos sobrinhos do *de cuius*, **foi julgado procedente o pedido de declaração de nulidade da escritura pública de união estável firmada pela servidora falecida e o requerente, senhor Marco Antonio Autran.** Entendeu aquele MM. Juízo que houve simulação na declaração de união estável e, com fulcro nos artigos 166, § 1º, 167 e 168 do Código Civil, declarou a nulidade do negócio jurídico simulado.

Na época, o então Relator do presente Recurso Administrativo, Desembargador José Carlos Novis Cesar, determinou que se aguardasse o trânsito em julgado da ação anulatória referenciada.

O trânsito em julgado foi certificado à fl. 142, verso, pelo i. Secretário deste Órgão Especial, tendo este acostado na oportunidade os

documentos comprobatórios da manutenção da decisão de origem proferida pelo MM. Juízo da 15ª Vara de Família.

Os autos foram redistribuídos ao presente Relator no mês de junho de 2014.

II - FUNDAMENTAÇÃO

DO CONHECIMENTO

O Recurso Administrativo é tempestivo – o Recorrente foi intimado para ciência da decisão que indeferiu seu requerimento, por meio de notificação via correios, em **18/04/2008, 6ª feira** (fl. 112), e o recurso foi interposto em **21/05/2008, 4ª feira** (fl. 02), o que demonstra a observância ao prazo do art. 108 da Lei nº 8.112/90 – e está subscrito por advogado regularmente constituído (fl. 64). **Dele conheço, pois.**

DA PENSÃO POST MORTEM

O Recorrente, **MARCO ANTONIO AUTRAN ROCHA**, formulou requerimento administrativo, pleiteando a concessão de pensão post mortem de que trata o art. 217, I, alínea “c” da Lei nº 8.112/90, em virtude do falecimento da servidora **Aurora Bittencourt Duarte**, ocorrido em **03/06/2007**. O requerimento foi instruído com cópias da certidão de óbito da servidora (fl. 13); da carteira funcional do *de cujus* (fl. 14); dos documentos de identificação do Recorrente (fl. 15); do contracheque da servidora (fls.16), da conta de luz da falecida (fl. 19); da declaração de existência de conta conjunta do Recorrente e da servidora (fls. 20 e 26) e da declaração de união estável realizada pelo Recorrente e pelo *de cujus* em cartório (fls. 21/21v.).

O pedido originariamente foi dirigido à Presidência do E. TRT da 1ª Região (fl. 10), tendo sido encaminhado a então SEDID - atual Divisão de Análise de Direitos e Deveres-DANDD, que emitiu a parecer às fls. 31/32,

na qual sugeria a notificação do interessado para que esclarecesse o motivo por que residia em endereço diverso da servidora falecida, embora tenha declarado que com ela convivia há mais de 15 (quinze) anos. Os esclarecimentos foram prestados às fls. 35/36.

A DANDD emitiu novo parecer nos presentes autos (fl. 38/41), sugerindo, à luz do cenário fático-probatório apresentado, a concessão da pensão *post mortem* ao requerente, de acordo com o disposto nos artigos 215, 216, § 1º, 217, I, “c” e 218, *caput*, todos da Lei nº. 8.112/90 c/c art. 40, § 7º, I da Constituição Federal, com redação dada pelo EC nº. 41/2003.

Em parecer apresentado à fl. 43, a SCI – Secretaria de Controle Interno deste Regional – entendeu não haver sido comprovada a existência de elementos suficientes à demonstração da união estável entre o requerente e a servidora falecida. Na oportunidade, reenviou os autos à SGP para as providências pertinentes.

Em despacho exarado à fl. 61, a então Presidente deste Egrégio TRT, com vista dos pareceres apresentados por sua Assessoria Jurídica, indeferiu a concessão da pensão vitalícia requerida pelo interessado.

O requerente apresentou pedido de reconsideração (fls. 66/69), sustentando que carreou toda a documentação necessária à concessão da pensão *post mortem* requerida. Acrescentou que a condição de companheiro do requerente teria sido demonstrada nos autos do processo de inventário dos bens deixados pelo *de cuius*. Aduz que a inventariante (e sobrinha da falecida), em suas primeiras declarações, teria indicado que o requerente vivia em união estável com a servidora falecida.

Em análise ao pedido de reconsideração (fl. 110), a então Presidente deste Tribunal, Desembargadora Doris Castro Neves, manteve o indeferimento da pensão requerida. Ressaltou que a petição inicial do processo de inventário dos bens deixados pelo *de cuius* não representava

prova idônea da união estável, na medida em que teria vindo desacompanhada de sentença e formal de partilha, conforme disposto no art. 1.027 do CPC. Transcreve-se o trecho da decisão:

“(…) A documentação juntada pelo requerente (fls. 62/90), com exceção da petição inicial de inventário e da menção a testamento deixado pela falecida (fls. 71), não altera o panorama fático-probatório, que já fora exaustivamente examinado pela Secretaria de Controle Interno (fls. 39/42) e pela Assessoria Jurídica (fls. 47/50), o que levou a decisão de indeferimento prolatada por esta Presidência.

A petição inicial de inventário (fls. 62/65) não se configura em meio de prova idôneo para a comprovação da união estável, haja vista que não veio acompanhada da sentença e formal de partilha, conforme preceitua o art. 1.027 do CPC.

Quanto ao testamento deixado pelo *de cujus*, mencionado a fls 71, o próprio requerente informou a fls 96 que não figura como beneficiário, não tendo, conseqüentemente, aptidão para provar a união estável.

Por todo o exposto, **mantenho o indeferimento da pensão *post mortem*.**”.

Inconformado, **MARCO ANTONIO AUTRAN ROCHA** interpõe Recurso Administrativo às fls. 02/06. Pretende, em suma, a reforma da decisão proferida pela Presidência deste Egrégio TRT, para que lhe seja deferida a concessão de pensão *post mortem* da servidora falecida. Aduz que carrou toda a documentação necessária à concessão da pensão *post mortem* requerida. Acrescenta que a condição de companheiro do requerente teria sido corroborada nos autos do processo de inventário dos bens deixados pelo *de cujus*, na medida em que a inventariante, em suas primeiras declarações, teria indicado o requerente como companheiro da servidora falecida. **Não merece acolhida a pretensão formulada pelo Recorrente.**

A pensão *post mortem*, no âmbito do funcionalismo público federal, devida aos dependentes do servidor falecido, vem preconizada nos artigos 215 e seguintes da Lei nº. 8.112/90. O art. 217, inciso I e sua alínea “c” da Lei nº. 8.112/90, por sua vez, preveem especificamente a hipótese de concessão de pensão ao companheiro ou companheira designado nos

assentamentos funcionais do servidor que comprovem a existência de entidade familiar. *Litteris*:

Art. 215. Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito, observado o limite estabelecido no art. 42.

Art. 216. As pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§1º-A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou revertem com a morte de seus beneficiários.

§ 2º-A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do beneficiário.

Art. 217. São beneficiários das pensões:

I - vitalícia:

a) o cônjuge;

b) a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia;

c) o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar; (destaque nosso).

Trata-se de benefício estatutário, de índole administrativa e previdenciária, porquanto visa à manutenção (**provisória ou permanente**, conforme o caso) econômico-financeira dos dependentes legais do servidor falecido em casos de morte real ou presumida deste. Decorre da relação estatutária entre o servidor falecido e a Administração Pública, o que revela sua natureza jurídica de direito público.

O Código Civil de 2002, a seu turno, traça as linhas gerais para configuração de união estável, estatuidando que:

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Como se vê, para caracterização legal da união estável, mister ser faz a convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. A lei não estipulou um prazo mínimo para

que se configurasse a condição de companheiros entre pessoas que quisessem instituir uma entidade familiar. A única exigência, frise-se, era de que a convivência devesse ser pública, contínua e duradoura, com o objetivo de constituir família.

A prova da união estável, pois, deve ser realizada pelos meios idôneos previstos em lei, tais como, *v. g.*, escritura pública declaratória em cartório da convivência duradoura, contas de energia elétrica, comprovantes de existência de conta-corrente conjunta entre outros meios aptos à comprovação da convivência duradoura entre os conviventes.

No presente caso, relembro que o Recorrente trouxe à colação cópias dos seguintes documentos: a) da certidão de óbito da servidora falecida (fl. 13); da carteira funcional do *de cujus* (fl. 14); dos documentos de identificação do Recorrente (fl. 15); do contracheque da servidora (fls.16); da conta de luz da falecida (fl. 19); da declaração de existência de conta conjunta do Recorrente e da servidora (fls. 20 e 26) e da declaração de união estável realizada pelo Recorrente e pelo *de cujus* em Cartório (fls. 21/21v.).

Não obstante isso, a documentação carreada aos autos do processo administrativo não foi suficiente para convencimento dos Órgãos de internos deste Regional, que exararam pareceres em sentido contrário à concessão da pensão *post mortem* pleiteada pelo requerente. Vejamos.

No primeiro parecer, a Secretaria de Controle Interno deste Regional, apresentou a seguinte conclusão:

“(...) Esta Controladoria, analisando a documentação acostada, não encontrou indícios suficientes que convalidassem a união estável alegada pelo requerente, vindo, pois, a recomendar o não-deferimento da pensão em espeque. Sugerimos, destarte, o reenvio dos autos à SGP para as providências que forem julgadas pertinentes. (...)”.

Os motivos da conclusão negativa da SCI foram explicitados

em novo parecer apresentado às fls. 48/51. Neste, foi enfatizado o fato de que toda a documentação juntada aos autos do processo administrativo pelo requerente indica que este apontara como endereço residencial o Município de Itaipava, e não a Rua Bolivar, nº. 125/701, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, **residência da falecida**.

No segundo parecer, agora da Assessoria Jurídica da Presidência, foi sugerido que:

“(…) Da análise dos documentos trazidos pelo interessado, não há como se comprovar se o requerente possuía residência em comum com a ex-servidora Aurora Bittencourt Duarte para fins de caracterização da união estável.

Referida conclusão se extrai ao verificar-se, por exemplo, que o documento de fls. 04 (Carta de concessão de aposentadoria emitida pelo INSS), cuja data de emissão é de 24/06/2004 (portanto, anterior ao óbito da instituidora do pretense benefício), apresenta endereço divergente daquele da ex-servidora, de acordo com o documento de fls. 11 (Rua Bolivar, nº.125/701, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22061-020).

[...]

Ante o exposto, opina-se, no caso concreto, que de acordo com os documentos constantes nos autos, não se proceda à concessão da pensão vitalícia, com fulcro no art. 217, inciso I, alínea “c”, da Lei nº. 8.112/90, uma vez que não há presunção da veracidade da residência em comum, o que não impede de se abrir ao interessado a oportunidade de trazer outros meios de prova para caracterização da residência em comum com a ex-servidora.”

Pelas razões expendidas nos pareceres emitidos pelos órgãos de assessoria interna deste Regional, a então Presidente, Desembargadora Doris Castro Neves, indeferiu o pedido primitivo da pensão *post mortem* formulado pelo requerente e, posteriormente, negou o pedido de reconsideração no qual o pretense pensionista reiterava o seu pleito (fls. 61 e 110).

Entretanto, não foram os pareceres apresentados pelos setores internos deste Tribunal os responsáveis por soterrar **definitivamente**, pelo menos no âmbito administrativo, a pretensão de deferimento da pensão *post mortem* requerida. A questão foi outra. Explico.

Em **01/03/2010**, o MM. Juízo da 15ª Vara de Família, Comarca da Capital, Rio de Janeiro, oficiou a este Regional, apresentando cópia de sentença proferida em ação anulatória de união estável entre a servidora falecida e o requerente, senhor Marco Antonio Autran Rocha. Na referida demanda, **proposta pelos sobrinhos do *de cuius*, foi julgado procedente o pedido de declaração de nulidade da escritura pública de união estável firmada pela servidora falecida e o requerente.** Entendeu aquele MM. Juízo que houve simulação na declaração de união estável e, com fulcro nos artigos 166, § 1º, 167 e 168 do Código Civil, declarou a nulidade do negócio jurídico simulado.

É importe enfatizar que as decisões proferidas na ação anulatória já transitaram em julgado, tendo sido mantida a sentença proferida pelo MM. Juízo da 15ª Vara de Família, Comarca da Capital, Rio de Janeiro em todas as instâncias percorridas (fls. 143/149).

Portanto, caem por terra todas as alegações apresentadas pelo requerente no sentido de defender a existência de união estável com a servidora falecida. **O negócio jurídico, como bem explicitou o MM. Juízo da 15ª Vara de Família, Comarca da Capital/RJ, tinha por finalidade o recebimento de pensão “considerável” perante o TRT da 1ª Região (após a morte da servidora) com o notório propósito de fraudar a lei, que não prevê a concessão de pensão *post mortem* a sobrinhos do *de cuius*.**

Extrai-se da documentação juntada aos autos a conclusão de que a declaração de união estável firmada pela ex-servidora, Autora Bittencourt Duarte, e o requerente em Cartório não correspondia à realidade fática vivida pelos declarantes. A intenção da falecida e do Recorrente era obter vantagem econômico-financeira para ele, suposto convivente, e os sobrinhos da falecida, em evidente fraude à legislação vigente.

Por todos os fundamentos até aqui expostos, **nego**

provimento ao presente Recurso Administrativo, para manter o indeferimento da pensão *post mortem* requerida pelo senhor **MARCO ANTONIO AUTRAN ROCHA**.

III - DISPOSITIVO

ACORDAM os Desembargadores que compõem o **Órgão Especial** do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por unanimidade, em conhecer do Recurso Administrativo e, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, para manter o indeferimento da pensão *post mortem* requerida pelo senhor **MARCO ANTONIO AUTRAN ROCHA**, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2014.

MARCELO AUGUSTO SOUTO DE OLIVEIRA
Desembargador do Trabalho
Relator

MASO/rls/mbm